

1.º Congresso das Escolas – A Pedagogia das Escolas

Discurso, 03.11.2017, 12h30 Fundação Calouste Gulbenkian

Sua Exa. Presidente da República, Sr. Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian, Prof. Dr. Guilherme D'Oliveira Martins, senhoras e senhores oradores/as, senhoras e senhores convidados, senhoras e senhores congressistas, senhoras e senhores professores, minhas senhoras e meus senhores,

O 1.º Congresso das Escolas foi rico nas temáticas propostas, nos palestrantes e oradores convidados, na qualidade e quantidade de congressistas, no espaço onde decorreu, com abertura do Sr. Ministro da Educação, Prof. Dr. Tiago Brandão Rodrigues, e encerramento de Sua Exa. o Presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa.

Socorrendo-me de opiniões públicas e publicadas de minha autoria e das excelentes intervenções destes dois dias, destaco três temáticas essenciais (entre outras), abordadas neste Congresso.

1.º Convergência (Pacto na Educação)

A Educação ainda é uma corrida de 100 metros, em vez de prova de estafeta, que entrega (o ministro) o testemunho (traves mestras do sistema educativo) a outro “corredor” (novo ministro) no fim do seu percurso (mandato). Não se trabalha a médio e longo prazo, antes tenta-se resolver no imediato os assuntos que vão aparecendo.

Não quero particularizar este ou aquele governo, nem esta ou aquela equipa ministerial, mas falta vontade política, sobrando hiperatividade legislativa, para além de pensamentos divergentes de acordo com o lugar ocupado (governo ou oposição); ninguém dá o primeiro passo ou se implica seriamente para questionar e debater a Educação com a grandeza a que tem direito.

O âmago das políticas educativas elegerá sempre o aluno, em vez de interesses e ideias diferentes, periodicamente alternados, em nada contribuindo para o avanço dos resultados. Podem as escolas ser joguetes das forças partidárias?

Esta atitude traz instabilidade às escolas que carecem do apoio dos nossos governantes e não que as confundam com alterações cegas, medidas intempestivas, sobretudo tendo em conta a mexida constante nos alicerces da Educação.

As medidas educativas, sobretudo as mudanças estruturais, necessitam perdurar no tempo, pelo menos 8 anos, e não de ser alteradas tendo em conta o ciclo político, ou seja, de 4 em 4 anos. Não será possível tentar a convergência dos nossos partidos políticos em relação à área que todos dizem ser a mais importante? Não será possível promover um debate nacional, amplamente participado, para discussão séria sobre a Educação?

Sim, é, não temos dúvidas.

A questão do pacto é muito importante! Todas estas novas reformas (alterações) correm outra vez o risco de não terem consequências futuras, basta que para isso mude o Ministro. Às vezes nem é preciso que mude o governo! Há muito trabalho que se pede às escolas que depois é deitado fora.

1.º Congresso das Escolas – A Pedagogia das Escolas

Discurso, 03.11.2017, 12h30 Fundação Calouste Gulbenkian

Apresento três áreas principais (admitindo existirem outras) que deveriam ser consensualizadas:

I. **Avaliação dos alunos** Em abril 2016, o Sr. Presidente da República, fez intervenção acerca deste assunto, considerando-o “uma das matérias de desejável consenso político e previsibilidade social”. A avaliação externa dos discentes muda ciclicamente, ao sabor das ideologias, mais ou menos expressas, não ajudando em nada à sedimentação de um processo que peca por ser quase sempre de curta duração;

II. **Currículo** (o que se ensina) É uma das áreas que os novos governos raramente abdicam em mexer, mas aquela que mais deveria perdurar, após alterações de conteúdos de certas disciplinas; matrizes curriculares, metas de aprendizagem, programas, competências, aprendizagens essenciais...devem dar lugar a uma ampla aproximação partidária em benefício do processo ensino-aprendizagem;

III. **Descentralização de competências na Educação**

Falarei a seguir, deste importante ponto.

Estes três itens (Avaliação dos alunos, Currículo e Descentralização de competências) parecem-me essenciais serem salvaguardados, aos quais poderemos juntar outros como contratos de autonomia (foram prorrogados o ano passado e este ano); financiamento do POCH (na Educação tarda a execução destes fundos); manuais escolares (a periodicidade da sua mudança conflitua com a alteração amiúde de alguns currículos); avaliação externa das escolas (o processo deveria ser alargado às escolas privadas e estar para além dos resultados escolares); acesso ao ensino superior (repensar o modelo), etc..

2. **Descentralização de competências**

A questão da descentralização levanta muitas dúvidas. É preciso ter atenção, para que a autonomia das escolas não seja posta em causa.

As câmaras municipais já intervêm, em parte, nalguns setores, no âmbito da educação pré-escolar e 1.º Ciclo e, por isso, têm uma experiência que não deve ser desperdiçada (embora o grau de responsabilidade seja outro). O ME, para além do mais, continuaria a gerir os recursos humanos (pessoal docente), os assuntos pedagógicos e a ter papel regulador. Sabemos o quão tentador seria para alguns a gestão do pessoal docente, mas julgo que nem material nem mentalmente, o nosso país está ou tem condições para dar um “passo maior que a perna”.

No entanto, e antes de mais, devem ser definidas objetivamente as competências/funções a transferir, sendo desaconselhável que, em nome da “eficácia e eficiência” e da proximidade (a principal mais valia), valha tudo. Uma correta e clara definição da matriz de competências a nível central, municipal e escolas evitará posteriores conflitos de interesses e deverá ser salvaguardado.

Não se pretende que em cada município exista um mini Ministério da Educação ou extensão, desresponsabilizando-se por completo este setor governamental e, muito menos, que se criem

1.º Congresso das Escolas – A Pedagogia das Escolas

Discurso, 03.11.2017, 12h30 Fundação Calouste Gulbenkian

empresas municipais de Educação que retirariam as escassas margens de autonomia de que as escolas dispõem, abrindo lugar à politização e dependência nefasta local de uma área, cujos profissionais bem dispensam.

3. **Autonomia**

O emprego desta palavra nos discursos políticos e diplomas legais não poderá ser inversamente proporcional ao seu cumprimento, atrevendo-me a apontar um “Perfil do ministério da Educação do séc. XXI”, fundamental para a operacionalização da Autonomia.

Sem pretender fazer qualquer juízo de valor em relação ao desempenho dos diferentes ministérios da Educação (nem do atual), parece-me que é o momento oportuno para definir esse Perfil, evidenciando, na sua caracterização, cinco atitudes estruturantes.

Confia

Os atores educativos sentem a desconfiança de quem os tutela, traduzida, essencialmente, pela quase ausência de autonomia (sobretudo curricular e pedagógica), consubstanciada substantivamente pela hiper regularização de quase tudo, mesmo de matérias que, supostamente, estariam nesse âmbito; o ME do século XXI deverá perceber que o objetivo da efetiva autonomia é o melhor caminho, contribuindo também para o sucesso escolar dos alunos. A 2.ª edição deste Congresso deverá contar, obrigatoriamente com a presença de alunos do ensino não superior como oradores, já que é necessário dar voz a quem é o cerne do trabalho diário nas escolas.

Dialoga

As alterações sem motivo ou explicação compreensível, afiguram-se estéreis, causando instabilidade no sistema educativo, a necessitar de tranquilidade e de tempo para serem testadas. O ME do século XXI deverá avaliar as principais medidas aplicadas, promover debates e discussões em torno de hipotéticas mudanças e, só assim, estará eticamente habilitado a promover eventuais alterações, se necessárias. As quatro associações promotoras do 1.º Congresso das Escolas deram o primeiro passo, já classificado como histórico!

Escuta

A auscultação dos atores educativos, incluindo alunos, por parte da tutela, será crucial antes de qualquer atitude a tomar. Saber ouvir, antes de decidir, é uma das principais características do perfil, prova de maturidade democrática e de quem percebe que é fugaz o tempo de governação. Quem quiser deixar um legado assaz positivo, deverá usar mais os ouvidos do que a boca, apoiando-se nas opiniões dos práticos, sem, todavia, menosprezar o que os teóricos também nos demonstram e ensinam.

Legisla o restritamente necessário

A legislação educativa é muito complexa, quantas vezes de difícil interpretação e, raramente, fazendo prevalecer as considerações do elo mais fraco, a Escola. Para além de sermos

1.º Congresso das Escolas – A Pedagogia das Escolas

Discurso, 03.11.2017, 12h30 Fundação Calouste Gulbenkian

superlegislativos, temos dificuldade em perceber aquilo que o legislador pretendia alvitrar (por vezes, dou por mim a pensar se será intencional...), chegando as explicações transvestidas de circulares ou esclarecimentos, percebendo-se a bondade da atitude, mas, quantas vezes, estas baralham ainda mais. Parece que se legisla para a Educação virtual e para a incompreensão do comum dos mortais. Legislar só o estritamente necessário é das principais características deste perfil, e recomenda-se!

Desburocratiza

A actividade docente tem um forte pendor administrativo/burocrático que desvia o seu principal foco para horizontes diferentes. O ME do século XXI deverá atentar neste aspeto, desburocratizando, quer suprimindo a excessiva papelada (“burocracia eletrónica”, 2.º Licínio Lima) que tolhe o quotidiano das escolas, quer limitando o preenchimento das plataformas ao estritamente necessário, evitando, deste modo, a replicação de dados. Uma administração pública deste século ponderará a diminuição da carga burocrática dos trabalhadores, potenciando, conseqüentemente, a eficiência e eficácia do seu desempenho, contribuindo significativamente para o aumento da qualidade da Pedagogia das Escolas, de todas as Escolas.

Resumindo, o ME do século XXI deve acreditar nas escolas, atribuindo-lhes efetiva autonomia para apoiar no desenvolvimento de projetos inovadores, diferenciadores e inclusivos.

Investir na Educação é fundamental, quer ao nível de recursos humanos, quer também na vertente física e material.

O edificado escolar melhorou significativamente nos últimos 10 anos, prevendo-se o investimento de mais algumas centenas de milhões de euros na requalificação, um pouco por todo o país. Algumas dessas obras já tiveram o seu início. É de saudar esta opção!

Mas as escolas, muito mais que o betão, são pessoas...

Investir na Educação é, também, porque essencial, tratar bem os seus profissionais (professores, técnicos, assistentes administrativos e operacionais...), acarinhando-os, motivando-os, reconhecendo-os, dando-lhes condições para continuarem a exercer cabalmente as funções desempenhadas.

Mesmo com um tratamento longe do desejado, a classe docente dedica-se aos seus alunos de um modo singular, indicando-lhes caminhos que os tornarão cada vez mais autónomos e capacitados, permitindo-lhes, no futuro, recordar com admiração os professores com quem privaram. A Escola Pública e os seus diretores não deixarão diminuir a qualidade amplamente reconhecida, mau grado poder ser ainda mais potenciada, caso tivesse a confiança do ministério que dispõe do dinheiro público.

A Educação é considerada um desígnio nacional, e isso deverá ser verificado nos orçamentos de Estado. Deposito a minha esperança na discussão, na especialidade, do OE para 2018, neste mês de novembro na Assembleia da República. Ainda vamos a tempo...

1.º Congresso das Escolas – A Pedagogia das Escolas Discurso, 03.11.2017, 12h30 Fundação Calouste Gulbenkian

Apesar de alguns constrangimentos e de pedras colocadas no caminho da Educação, Portugal deve orgulhar-se das suas escolas, dos seus alunos, dos seus professores, dos seus dirigentes, dos seus funcionários, das suas comunidades educativas e do imenso, e muito positivo trabalho, de que os excelentes resultados escolares obtidos nos testes PISA e TIMSS são meros exemplos, mas que nos motivam.

No DN de hoje, o seu diretor refere que “Foi o primeiro congresso, espero que se sigam outros, espero que se transformem em força de lóbi e que consigam mudar o que ainda tem de ser mudado. Sem perder de vista que muito mudou, muito melhorou nestes 43 anos de democracia.” O trabalho realizado diariamente nas nossas escolas é de inegável e superior valor. Queremos melhorar continuamente o serviço educativo que prestamos; pretendemos elevar ainda mais a qualidade da Pedagogia das Escolas, também por respeito à Lei de Bases do Sistema Educativo. O Alto Patrocínio do Presidente da República ao 1.º Congresso das Escolas deixa-nos orgulhosos, e aumentou a nossa responsabilidade, a de todos. As nossas escolas merecem um compromisso coletivo; as quatro associações organizadoras deste evento darão o exemplo.

Filinto Lima, presidente da ANDAEP